

SINDICALISMO MÉDICO NO PARANÁ ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Artigo de Mario Antonio Ferrari*

Não podemos participar conscientemente da vida pública do Brasil e nela influir com possibilidades de acerto, se ignorarmos os antecedentes da realidade contemporânea, se não possuímos uma visão bastante lúcida das diretrizes e acontecimentos cruciais que constituem a nossa história.

Desde o início do século XIX, os efeitos da Revolução Francesa, começavam a se fazer em nosso país. Um decreto pós revolução estabelecia: "... Toda pessoa poderá livremente realizar qualquer negócio ou exercer qualquer profissão, arte ou ofício a sua escolha; mas deverá prover-se de licença, pagar as taxas e ater-se aos regulamentos que existem ou possam existir".

Além disso, chegaram a estas plagas os indicativos ideológicos da Lei Le Chapelier de 1791 que estabelecia: "Sendo uma das bases fundamentais da constituição francesa o aniquilamento de qualquer espécie de corporação de cidadãos do mesmo estado ou profissão, fica proibido restabelecê-las sob qualquer pretexto ou forma que seja." ¹

Da Inglaterra importamos o pensamento liberal de Adam Smith que dizia: "É coisa rara que os profissionais se encontrem reunidos, ainda que seja para qualquer fim, ou para mera distração, sem que da conversação acabe em alguma conspiração contra o público ou qualquer maquinação para elevar preços". ²

Na Europa os efeitos maléficos do modelo liberal começam a se apresentar e sob influência do pensamento socialista têm início levantes populares. Em resposta às propostas socialistas surge o ideário social cristão, através da Encíclica Rerum Novarum e, como alternativa ao combate à exploração dos trabalhadores, estimula a organização destes em sindicatos.

No Paraná a partir de 1850 começaram a se instalar fazendas de café, e nos primeiros 20 anos deste século o estado já se encontrava entre os grandes produtores nacionais. Quando em 1926, Washington Luis assumiu o governo eram consideráveis as dificuldades financeiras, as quais se agravam ainda mais com a enorme crise econômica mundial de 1929.

O café, principal produto da pauta de exportações brasileira, caiu a preços ínfimos. Atingindo os principais estados produtores, São Paulo, Minas Gerais e também o Paraná. Os efeitos do liberalismo econômico já se faziam sentir em nosso país motivando as classes produtivas a se unirem. E, com os médicos, não podia ser diferente. Já no último trimestre de 1927, mais precisamente em 25 de novembro, no Rio de Janeiro é fundado o Sindicato Médico Brasileiro. E, a partir de então a inspiração invade outros estados da república.

O SINDICATO MÉDICO DO PARANÁ – 1931 a 1933

Desde o início do século XX evidenciava-se a necessidade da associação entre médicos. Em 1914 foi fundada a Sociedade de Medicina do Paraná. Em 1930 a Sociedade Médica dos Hospitais foi criada. E sob inspiração do pensamento revolucionário de 1930, através do Decreto Federal nº 19.770, de 19 de março de 1931, a sindicalização de classe é incentivada.

No início de 1931 médicos do Paraná, chegados da capital federal, trazem a idéia da organização da classe através de sindicato informando da realização, em meados daquele ano, do I Congresso Médico Sindical Brasileiro. Em matéria publicada na Gazeta do Povo de 1931 o Professor Otávio da Silveira informa ter sido procurado pelo Professor Miguel Isaacson para que lançassem as bases do Sindicato Médico.

¹ Curso de Direito do Trabalho, Saraiva, 1989, p. 22,23

² Introdução ao Direito Sindical, Revista dos Tribunais, 1979, p. 39

Diante disso, as duas Sociedades que congregavam os médicos do estado, mandaram para a capital federal, em meados de 1931, representantes para o I Congresso Médico Sindicalista. No evento nacional priorizou-se, entre outras coisas, o estímulo à descentralização e criação de sindicatos de base estadual, afinados com as realidades regionais.

Assim, ocorreu a reunião da classe médica, convocada pela Sociedade de Medicina do Paraná e a Sociedade Médica dos Hospitais, com o fim de fundar o Sindicato Médico do Paraná. A reunião presidida pelo Dr. Victor do Amaral contou com a presença dos Srs. Drs. João Cândido, Michel Isaacson, Bernardo Leinig, Virmond de Lima Vitor de Amaral Filho, Mario Braga de Abreu, Renato Camara, João Viera de Alencar, Carlos Heller, Adriano Mazza, Murilo Ferreira, Aníbal Rocha Loures, Carlos Cunha, Alceu Ferreira, Manuel Xavier, Assis Gonçalves, Antônio Mesiano, Manuel Pinto e Otávio da Silveira.

Na ocasião, o orador, Professor Otávio da Silveira, discursou sobre as justificativas para a fundação do Sindicato destacando a solução para "...as crises moral a material que, nos dias fluentes, fazem do exercício da medicina um comércio mais ou menos rendoso."³

Disse quanto ao tema, ainda: "É no revigoramento dos princípios deontológicos e na efetivação dos preceitos da diceologia que devemos procurar a solução da crise que agrura a nossa classe."

E finalizando o Professor Otávio da Silveira convocou a todos à aglutinação em torno do sindicato para a glória da medicina paranaense no combate ao charlatanismo despuadorado e ao curandeirismo irresponsável, dicotomia depravadora.⁴

Fundado o Sindicato Médico do Paraná, para dar andamento aos trabalhos, foi eleita a Comissão Executiva Provisória constituída pelos Profs. João Cândido, Vitor do Amaral, Miguel Isaacson, Assis Gonçalves e Otávio da Silveira.

Assim, já em 03 de setembro de 1931, restava evidente que a preocupação do Sindicato não seria apenas material, como colocaria o Dr. Erasto Gaertner em seu discurso:

"...e que a finalidade do Sindicato não era e nem poderia ser uma simples defesa de interesses materiais. Maiores do que estes, mais elevados e mais condizentes com a missão do médico, eram os interesses morais, porque só uma classe moralizada e coesa pode merecer respeito e veneração da sociedade."⁵

Em 25 de outubro de 1931, o projeto de estatuto elaborado pelo Professor Dr. Otávio da Silveira, após discussão, foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi realizada a eleição do Conselho Deliberativo e depois da Comissão Executiva. Foram eleitos os Drs. Miguel Isaacson, Assis Gonçalves, João Cândido, Victor do Amaral, e Francisco Franco. Na escolha para a presidência entre os seis membros eleitos, é sorteado o Dr. Assis Gonçalves, como o primeiro presidente.

As preocupações material e moral da classe médica andavam juntas, como nos mostram os próprios estatutos do Sindicato ao estabelecer a sua incumbência: a) adotar o Código de Deontologia Médica e ética profissional aprovado pelo I Congresso Médico Sindicalista Brasileiro; b) regular a questão referente à remuneração dos serviços médicos; c) interessar-se pela assistência médica e hospitalar gratuita; d) combater o curandeirismo, o charlatanismo e a prática desonesta da medicina; e) promover junto aos poderes públicos a regulamentação do processo de habilitação dos médicos diplomados no estrangeiro; f) dedicar-se às questões de ensino médico brasileiro; g) instituir meios e obras de assistência previdenciária e defesa profissional de seus membros e o amparo judiciário da classe.⁶

Nas reuniões seguintes o Professor Dr. Otávio da Silveira obteve a aprovação da proposta de Amparo e Pecúlio Médico que criava um Fundo de Previdência destinado a auxiliar pecuniariamente aos sócios inválidos ou necessitados, temporária ou definitivamente, e a beneficiar com um pecúlio, por morte de sócio, as pessoas legalmente designadas.

A Revista Médica do Paraná noticiava, em junho de 1933, matéria da lavra do Prof. Milton Munhoz intitulada Ensino Médico e Exames por Decreto, um dos temas do 2º. Congresso Sindicalista a instalar-se no dia 27 de

³ Gazeta do Povo, 09/09/1931

⁴ Associação Médica do Paraná – 60 anos de História, AMP, 1993, pg.20

⁵ Associação Médica do Paraná – 60 anos de História, AMP, 1993, pg. 19

⁶ Estatutos do Sindicato Médico do Paraná, Jornal O Dia de 13/09/1931

junho de 1933 em Porto Alegre. O ilustre Professor criticava a concessão de títulos de doutores sem a necessária formação médica. Atinava ainda o insigne mestre para a necessidade de um ensino médico rigorosamente prático, moldado em legítimos preceitos pedagógicos.

Recomendava que: “Seria mais razoável prorrogar o período letivo, que afora insignificantes prejuízos materiais, outros inconveniente, não traria.” e finalizava criticando os Diplomados por Decreto.

Próximo a esta data o Professor Víctor Ferreira do Amaral, presidente do Sindicato Médico Paranaense, nomeou o Professor Milton Munhoz para representar a associação no II Congresso Médico Sindicalista que se realizou em Porto Alegre na segunda quinzena de junho de 1933.

Além dele, compareceu no referido Congresso o Prof. José Pereira de Macedo com a tese do Sindicato Médico do Paraná - O Medico nas Escolas. Do documento, merecem destaques, entre inúmeros pontos, os seguintes:

“... a necessidade do médico nas escolas, em nosso país, ainda é assunto, senão negado, pelo menos relegado para um plano secundário, como medida perfeitamente adiável, objeto de luxo, incompatível com as condições apertadas dos nosso orçamentos.”

“Professor, médico e família são, pois, os fatores essenciais e igualmente necessários para a educação do homem.”

“O serviço de inspeção Médica - Escolar constitui uma repartição técnica essencialmente profilática e educativa. O seu principal objetivo é a educação higiênica e visa o revigoração da raça e a formação da consciência sanitária a partir do meio escolar.”

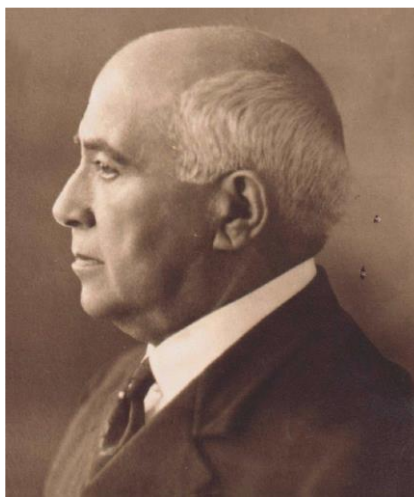
Concluía a tese: “O médico, assim como a família e o professor, é fator imprescindível e insubstituível no aparelhamento educacional”.⁷

No conclave realizado em Porto Alegre, pelo Sindicato Médico Brasileiro, os representantes do Paraná souberam desempenhar galhardamente da missão para a qual foram investidos. Se fizeram representar, com inusitado fulgor, os conceituados Professores Pereira de Macedo e Milton Munhoz. O primeiro, submeteu àquela esclarecida assembléia uma tese de valor sobre assistência médico-escolar, trabalho que mereceu as mais justas, e elogiosas referências. O segundo, participou diretamente dos debates, fazendo-se admirar pela sua apreciável cultura.⁸

A partir de do II Congresso Médico Sindicalista Brasileiro, inicia-se no Paraná movimento pela criação de uma entidade única. Pretendeu-se, na época, substituir o tripé em torno do qual giravam os ideais da classe médica, fundindo-se a Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná, a Sociedade de Medicina do Paraná e o Sindicato Médico do Paraná em um único órgão de representação. Assim, foi fundada a Associação Médica do Paraná, em 2 de julho, a partir da fusão das três sociedades. O Professor Dr. Víctor Ferreira do Amaral, o consolidador do ensino superior no Paraná, foi o último presidente do Sindicato.

⁷ Revista Médica do Paraná, 1933

⁸ Revista Médica do Paraná, 1933



Professor Dr. Victor Ferreira do Amaral, o consolidador do ensino superior no Paraná

O que se depreende é que com a fundação da Associação Médica do Paraná, pretendiam seus idealizadores, preservar a identidade e funções de cada uma das entidades que a ela deram origem. É o que se extrai da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Médica do Paraná, para adaptação dos estatutos à legislação sindical vigente. Na oportunidade, em 11 de janeiro de 1937, o presidente da AMP Professor Dr. Miguel Isaacson, alertava que da fusão não resultou a extinção das sociedades.⁹



Professor Dr. Otávio da Silveira, o inspirador do Sindicalismo Médico no Paraná

QUARENTA ANOS DEPOIS, O RESSURGIMENTO DO SINDICATO

Em 1964 há a ruptura da ordem institucional. Durante o regime militar ocorre a fusão dos Institutos de Previdência e Assistência do Estado, dando origem ao INPS. Os médicos se inserem no novo modelo de assistência como prestadores de serviços e/ou como empregados.

O Brasil começa a mergulhar na crise econômica a partir de 1973. No Paraná, o INPS fica em torno de seis meses sem pagar os médicos. Diante do fato, a Sociedade Paranaense de Anestesiologia faz uma representação junto ao Ministério do Trabalho, pedindo o pagamento dos honorários em atraso.

Recebidos pelo Delegado Regional do Trabalho General Adalberto Massa, o Dr. Francisco Xavier Beduschi e outros anestesistas, foram orientados no sentido de que só uma entidade sindical poderia fazer a representação jurídico-trabalhista da categoria.

⁹ Ata da Associação Médica do Paraná, 11/01/1937

A Lei exigia que, antes da fundação do sindicato, houvesse a organização em Associação Profissional e após obtenção de quorum mínimo, poderiam criar o sindicato. Diante do fato, o grupo de anestesistas liderados pelos Drs. Francisco Beduschi e Antonio Leite Oliva Filho iniciaram os trabalhos para a fundação da Associação Profissional dos Médicos do Estado do Paraná, o que ocorreu em 17 de outubro de 1973, na sede da Associação Médica do Paraná, na Rua Carlos de Carvalho, nº 816.

Legalmente, o passo inicial para a criação do Sindicato estava dado. Aprovados os estatutos e eleita a diretoria da entidade constituída pelos: Presidente Dr. Francisco Xavier Beduschi, Secretário Dr. Antonio Leite Oliva Filho, Tesoureiro Dr. Taufik Arrata, Suplentes Dr. Carlos Trevizan, Dr. Artur José Campos, Dr. Paulo Orlando Mader Bittencourt; Conselho Fiscal: Dr. Luiz Felipe de Paula Soares, Dr. João Zeni, Dr. José Antonio Queiroz, iniciaram os trabalhos para aquisição de sócios.¹⁰

Nessa época a profissão médica passava por uma fase negativa. Há total desconsideração e descrédito da profissão por parte do povo, das classes empresariais e principalmente junto aos Órgãos de Previdência que aviltam a classe com baixos honorários e campanhas de desmerecimento. Daí porque esse grupo de médicos procura estimular os colegas para que estes participem da luta pela transformação da Associação em Sindicato, filiando-se à mesma.

Quando o INPS adquiriu dois hospitais em Curitiba, em 1974, houve tentativa de fazê-los funcionar utilizando-se da firma denominada Serviços Médicos e Hospitalares Ltda., a qual se propunha a locar a mão-de-obra do pessoal médico. A APROMEPAR a combateu com sucesso. E, graças a ação das entidades médicas do Rio de Janeiro e Paraná contra a locação de mão de obra médica, a idéia não vingou.

Ainda nessa época a APROMEPAR desenvolveu as seguintes lutas: Combate a defasagem de níveis salariais entre médicos e outros profissionais universitários e aprovação da equiparação; defesa legal e orientação jurídica da classe médica de Londrina, conturbada por arbitrariedades cometidas por alguns hospitais locais; proteção profissional dos médicos do Trabalho, impedindo a firma SAMCIL de celebrar convênio de Assistência Médica do Trabalho com empresas locais e criação de departamentos dentro da APROMEPAR quais sejam, de Médicos Residentes e Médicos do Trabalho.

Em junho de 1974 a Associação atingiu o número mínimo de sócios para ser transformada em sindicato. Assim, no dia 23 de agosto de 1974 foi formalizado o Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná, passando a usar a sigla SIMEPAR. Na oportunidade, entre os muitos pronunciamentos, destacou-se o do Dr. Aristides Athaíde, que parabenizou a liderança da Associação pela consagração de seus propósitos e, além de justificar a necessidade da criação do Sindicato, pediu para constar em ata seu voto de louvor e credibilidade total no Sindicato dos Médicos do Estado. Também o Dr. José Antonio Queiroz, parabenizou a Associação pelo seu desempenho até o momento, deixando de público, o agradecimento da classe médica de Londrina. Reforçou que a instituição Sindical é o único órgão realmente com poder legal de representação da classe médica.¹¹

Nessa época, os servidores públicos eram proibidos de se sindicalizarem. Apesar disso, o SIMEPAR sempre reivindicou pelos médicos do Serviço Público. A partir de então, o sindicato, recém-criado, participou das seguintes lutas: Extensão de Plano de Classificação do Funcionalismo Federal aos médicos que estariam excluídos; regulamentação de portarias do Ministério do Trabalho, relativamente a condições de trabalho e remuneração e manifestação incisiva com relação ao Seguro Saúde que iniciava sua implantação no Paraná.

Ainda, com relação ao Seguro Saúde, os dirigentes do SIMEPAR profetizavam aquilo que esperavam devia ser evitado e concitavam aos médicos para que, em sua defesa e na de seus pacientes, não aceitassem intermediários, limitações de autoridades ou imposições financeiras. E, ao público em geral, o SIMEPAR recomendava que somente se filiassem às seguradoras que permitissem livre escolha de médico e hospital.

Outra vitória do SIMEPAR foi ter aprovada a Portaria nº. 39 de 5/09/74 do Ministério da Previdência Social, no Plano de Pronta Ação, relativa a Complementação dos Honorários Médicos para pacientes que optavam por acomodações especiais. O pagamento dos médicos credenciados pelo INPS diretamente na conta do profissional também foi obtido.

Em 27 de fevereiro de 1975, o SIMEPAR recebe a Carta Sindical, assinada pelo Ministro do Trabalho Dr. Arnaldo Prieto, a qual oficializou a constituição do Sindicato dos Médicos no Estados do Paraná e, a 19 de maio

¹⁰ Ata de fundação da APROMEPAR, 17/10/1973

¹¹ Ata de fundação do SIMEPAR, 23/08/1974

de 1975 o SIMEPAR filiou-se a Federação Nacional dos Médicos. No mesmo mês, ocorreu a primeira eleição do Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná.

Em junho, na sede do Sindicato na rua São Francisco, 200, assumiu a diretoria eleita para administrar o Sindicato, durante o período de 1975 a 1978: Dr. Francisco Xavier Beduschi, para exercer o cargo de Presidente; José Antonio de Queiroz, Vice-Presidente; Antonio Leite Oliva Filho, Secretário Geral; João Zeni Junior, 1o. Secretário; Roberto Busatto, 2o. Secretário; Taufik Arrata, 1o. Tesoureiro e Farid Sabbag, 2o. Tesoureiro.

Continuando na luta, o Sindicato esteve em Foz do Iguaçu com os médicos, equacionando sistemática de atendimento, diante do aumento populacional daquela cidade, face a construção da Itaipu Binacional.

Com todos os Sindicatos Médicos do País, reunidos em torno da Federação Nacional dos Médicos, assumiu posição contrária à demissão dos médicos aprovados no concurso do DASP, realizado 1976, combateu as restrições do INPS ao atendimento médico e em defesa da categoria. O SIMEPAR, ofereceu uma série de sugestões ao órgão previdenciário e orientações aos profissionais médicos.

Os contatos com os órgãos da administração pública, levando reivindicações dos médicos e em alguns casos, denunciando administradores que se desviavam das diretrizes do modelo vigente, foram a tônica dos primeiros anos do SIMEPAR. Tais contatos se faziam na esfera político-administrativa com eficiência, resultando numa maior aproximação dos médicos com o sindicato. A conscientização e o conagraçamento foram as grandes metas atingidas.

No plano nacional, o Sindicato participava da Federação Nacional dos Médicos, que englobava os Sindicatos do Brasil. Lá, o Dr. Beduschi foi eleito presidente, estabelecendo estilo peculiar e dirigido ao diálogo. Também na Confederação Nacional das Profissões Liberais, o representante do Paraná tomou assento. Algum tempo após, licenciou-se para assumir a Secretaria Geral do Ministério da Saúde, quando já não concordava com os rumos que o movimento sindical começa a tomar.



O SINDICALISMO COM A ABERTURA DEMOCRÁTICA

No espaço de tempo entre a fundação do SIMEPAR e meados da década de setenta, muitos estudantes que haviam participado da resistência ao regime militar implantado a partir de 1964, concluem o curso médico. Com a anistia, aprovada em 1979, passam a participar dos sindicatos.

Mas é só com o governo Figueiredo que as possibilidades de ampla mobilização da sociedade, a partir do movimento sindical e segmentos sociais organizados, têm início. Assim, o sindicalismo médico, na maior parte do país, adota comportamento compatível com esse momento.

As eleições de 1981 trouxeram outros nomes para o Sindicato dos Médicos no Paraná e, na diretoria, além do Dr. Beduschi, encontramos os Drs.: Flávio Cini, Mauro Otero Daisson Goulart, ...entre outros.

No Paraná, o teor dos documentos do Sindicato assume característica distinta da anteriormente adotada. O tom cordial e oficial é substituído por um tom marcadamente reivindicatório, incisivamente crítico e com atribuições de responsabilidades aos dirigentes de plantão.

O sindicato apoia a luta dos médicos residentes contra a diminuição de vagas, feita por cortes de verba, etc. Participa da mobilização, quando os residentes do HC – UFPR, realizaram um dia de greve que teve como

conseqüência o recuo da Comissão Nacional de Residência Médica, não diminuindo as vagas. Luta e apoia o credenciamento dos programas de residência médica, posicionando-se contra a proliferação dos estágios voluntários.

O conteúdo dos documentos da época deixa à mostra a preocupação do sindicato, não apenas com as condições de trabalho dos médicos, mas ressalta, em vários momentos, o descaso das autoridades para com a qualidade dos serviços prestados pela previdência oficial. São questionadas medidas tomadas unilateralmente.

Nacionalmente, em abril de 1983, os Servidores Federais paralisam suas atividades. No Paraná, o Sindicato adere a campanha e, além de pleitear melhores condições de trabalho e remuneração e questionar a restrição ao trabalho médico, alerta para a política equivocada dos dirigentes da Previdência e do governo federal, protestando por: “Por melhores condições de Saúde da população”, “Contra os baixos salários e reajustes inferiores à inflação”, “Contra as péssimas condições de trabalho” e “Contra o desemprego”.¹²

Nos primeiros anos da década de oitenta, os trabalhadores começam mobilizações com vistas a criação de uma Central de Trabalhadores, o Dr. Mauro Daison Otero Goulart Delegado pela Federação Nacional dos Médicos, comparece no 1º CONCLAT, realizado no final de 1983 em São Bernardo do Campo - SP, quando é fundada a Central Única dos Trabalhadores sendo eleito membro da direção nacional da CUT.

No início de 1984, a mobilização da Sociedade Civil em torno de eleições diretas já se faz sentir. O Sindicato participa do momento histórico e, engajando-se na Campanha “Diretas Já”, apoia o Comitê Supra - partidário da Campanha. Grande surpresa para o país foi a observância das maiores capitais sendo tomadas por massas populares que clamavam por eleições diretas para Presidente da República. Ao final, a grande frustração.

Também nessa época o Sindicato passa a reivindicar tratamento isonômico entre os médicos que trabalham no estado. Eram três as situações básicas de trabalho: estatutários, Celetistas do quadro geral, e contratados da FIDEPAR. Entre as reivindicações estavam: equivalência salarial com o estatutário e correções no mesmo período, pagamento da insalubridade sobre os salários percebidos e incorporação, ao salário, das vantagens gozadas pelo estatutário.

No início de abril de 1984, no Dia Nacional de Protesto na manifestação das entidades Médicas, há indicativo da possível deflagração de greve pelos médicos patologistas clínicos que reclamam da demora no pagamento e pleiteiam que o INAMPS reajuste os preços das tabelas.

Em 1984, são eleitos, no SIMEPAR: Mauro O. D. Goulart, Jacob Mazaloti Cardoso, Luis Gonzaga G. Lemos, Ipojucan C. Fraiz, José L. Zindeluck, Gerson Zafalon Martins, Tania M. A. Rossato, Nanci S. Palmieri, Sérgio Maciel Molteni, Rita de C. G. Esmanhoto Carvalho, Paulo Roberto Donadio, Silvio Fernandes da Silva, Carlos Trevisan, Edison L. S. A. Maranhão, Florisvaldo Fier e José Bortolaz Neto.

A assistência médica brasileira passa por uma fase de transformação onde o Estado permite que o seu gerenciamento seja assumido pela rede privada, representada por setores ligados ao sistema financeiro. Diante de tal realidade, o SIMEPAR, entendendo que tal ocupação deveria ser desencadeada pelas cooperativas médicas, apoia o cooperativismo médico.

O não atendimento das reivindicações do Sindicato, em nome dos médicos da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, apesar das exaustivas negociações que se arrastaram do final de 1984, leva a categoria à decisão de greve a partir do dia 07.05. 85. A Comissão de Negociação pouco conseguiu pois a FSCMR/SESB alegava então que negociaria apenas por categorias, de forma isolada. Diante da paralisação, as negociações com a entidade sindical dos médicos, passaram a ocorrer.

Também os médicos civis do Hospital Central da Polícia Militar do Estado do Paraná, apresentam reivindicações com vistas a garantir melhoria, adequação e maior justiça nas relações de trabalho. O SIMEPAR requer sejam acolhidos os pedidos e, para isso, mantém entendimentos pelos caminhos normais da negociação.

Outro fato, que envolveu o Sindicato nessa época, foi a contratação de médicos pelas vias de credenciamento e autorização. O Dr. Mauro Goulart juntamente com a comissão de médicos credenciados, questionam o ministro Almir Pazianoto, por entender que tal orientação constituía fraude à lei e atentava contra o direito de vínculo de emprego.

¹² Manifesto do SIMEPAR aos médicos abril de 1983

Ainda, com relação aos médicos credenciados, diante da demora do Dr. Ézio Cordeiro, Presidente do INAMPS, em responder as solicitações a ele feitas, o SIMEPAR resolveu novamente encaminhar ao Ministro da Previdência e Assistência Social Dr. Waldir Pires solicitação de providências, que aos poucos foram atendidas.

Quando os aposentados passaram a sofrer perdas salariais, o SIMEPAR, por meio de sua assessoria jurídica, requereu ao INPS a reposição das referidas perdas, causadas por reajustes incorretos das pensões.

Com relação ao Sistema de Saúde, iniciavam-se os preparativos para a implantação de um modelo descentralizado. No Paraná, o sindicato faz os primeiros questionamentos relativamente aos critérios que serviam como base de cálculo para a composição dos vencimentos dos médicos do SUDS. Não aceitando o desrespeito à jornada de trabalho do médico, estabelecida em lei, conclama a categoria para lutar unida contra os encaminhamentos oriundos com a estadualização. Alertava, na ocasião, que a omissão naquele momento poderia se tornar irreversível no futuro.

Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a Constituição da República. Após acirradas discussões os trabalhadores e o movimento sindical conseguem avanços. O Sistema Único de Saúde foi estabelecido, da mesma forma como o Regime Jurídico Único do Servidores Públicos. Tais mudanças vão produzir efeitos no movimento sindical médico esvaziando-o.

Pouco depois da Constituição ter reconhecido o direito de greve a todos os trabalhadores, em novembro, o governo federal, de forma truculenta e com medidas retaliatórias, agride o movimento nacional dos funcionários federais. A AMP e o SIMEPAR, apoiando os servidores, manifestaram perplexidade e constrangimento, exigindo a reconsideração e a imediata recondução dos punidos. Conclamaram todos os médicos a repudiarem as punições.

No âmbito estadual, com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, prosseguia a luta pelo cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, pela implantação da Isonomia Salarial plena e pela criação imediata do Conselho Estadual de Saúde com o caráter deliberativo, normativo e fiscalizador.

A inflação, aumentando e economia descontrolada, somada a insatisfação popular, desencadeiam greves durante boa parte de 1989. Nesse contexto vai ocorrer a primeira eleição direta para presidente após longos anos.



Dr. Mauro Daisson Otero Goulart, comandou grandes mobilizações médicas

O SINDICALISMO E A NOVA ORDEM MUNDIAL

No Sindicato dos Médicos do Paraná é eleita, em 1990, a diretoria para o triênio 1990/92, sendo presidida por Mauro D. O. Goulart. A mesma é integrada por Mario Antonio Ferrari, na qualidade de vice-presidente. Em 1991, assume a presidência o vice. Prossegue o brilhante trabalho que havia sido iniciado nas gestões anteriores.

Os desafios a enfrentar são cada vez maiores. Só para exemplificar, Médicos e Odontólogos decidem, em assembléia, entrar em estado de “greve”, a partir de 16 de agosto de 1990. Tal decisão é motivada pelo não atendimento às modestas e justas reivindicações apresentadas à Prefeitura de Curitiba. A administração Jaime Lerner suprime conquistas dos médicos, obtidas na administração de Roberto Requião. Há greve também em Guarapuava, desde o dia 18. É o segundo movimento da paralisação dos médicos da prefeitura de Guarapuava. O

prefeito responde com demissões ilegais. O SIMEPAR se faz presente na condução das negociações e no encaminhamento das reivindicações.

Por decisão judicial, do início de 1990 a Fundação Caetano Munhoz da Rocha (FCMR) é obrigada a cumprir acordo coletivo, dos quais é contumaz descumpridora. Foi mais uma grande vitória do SIMEPAR.

Nos primeiros dias do Governo Collor, em 1990, há o bloqueio dos saldos de todas as contas bancárias e cadernetas de poupança, pelo Governo Federal. Com isto, as entidades sindicais atravessam um período de grandes dificuldades, não tendo nem como pagar seus funcionários. No ano seguinte o Governo Federal determina o bloqueio das contribuições sindicais, agravando ainda mais a já difícil situação dos sindicatos. Durante algum tempo o SIMEPAR interrompe a comunicação com seus associados, através de boletins ou correspondências.

Em 1991 o SIMEPAR, através de seus diretores, passa a acompanhar a criação e instalação dos conselhos municipais e estadual de saúde, passando a integrá-los. Diversas propostas, reivindicações e lutas foram encaminhadas nessa época. Mas muitas vezes foram voto vencido. No final da década de 90, os representantes do SIMEPAR posicionaram-se firmemente contra a proposta do governo estadual de abertura de uma nova faculdade de medicina.

Em 1993 é retomado o movimento grevista, em Curitiba. Tal paralisação teve sua origem no desrespeito das autoridades municipais à jornada de 4 horas dos médicos, quando da instituição do regime jurídico único. Nessa oportunidade, não reconheciam o SIMEPAR como interlocutor, representante dos médicos que trabalhavam na Prefeitura de Curitiba. Apesar disso, o Sindicato conduziu a greve, que foi encerrada com o reconhecimento da representatividade do SIMEPAR e o início do diálogo. No mesmo ano é eleita para o triênio 93/96 a nova diretoria do SIMEPAR, encabeçada por Mario Antonio Ferrari. Seus outros diretores eram: Saulo A. P. de Melo Júnior, Mário Stival, Arlene T. C. G. Badoch, Murilo Rubens Schaffer, Martinho Bay, Paulo Roberto Almeida Britto, José Ferreira Lopes, Pedro Leviski, Edson de Souza M. Paes, Lorena H. Reichert, Márcio L. Nogarolli, Tânia M. S. Becker, Diógenes R. de Lima, Gérson Benvindo da Silva, Emílio Rintaro Suzuki, Otávio da Silveira Neto, Iracy Maciel Meyer, Simplício Carlos Barbosa, Mauro Daison O. Goulart, Agajan A. Der Bedrossian, Valéria Brun Mendes, Vânia Maria G. B. Moraes, Edison da Silva, Humberto Mano Sá, Artêmio Brando, Wilson de Souza, Hiroshi Kashiwagi, Paulo Roberto Donadio, Angelo Hara, Manuel José de Araújo, Claudine J. P. Cambra, Alceu Bisetto Júnior, José Elias Ayex Neto, Eurípedes Parachini e Osmar Copi.

Há uma campanha de sindicalização e também de interiorização do Sindicato, com a criação das delegacias regionais de Campo Mourão, Castro e Francisco Beltrão. Também são reativadas as delegacias de Londrina, Cascavel, Paranaguá e Foz do Iguaçu.

Na mesma época, a Associação Médica Brasileira cumprimenta a diretoria do SIMEPAR pela forma brilhante, lúcida e corajosa como se manifestou acerca da Tabela de Honorários da AMB, através da circular intitulada “Até Tu, BRUTUS”! Tal circular foi uma resposta à ação judicial do Ministério Público contra o SIMEPAR, AMP e CRM, que buscava impedir a implantação, no Paraná, da Tabela da AMB, com a imposição de multas altíssimas contra as entidades médicas.¹³

A diretoria atual é reeleita em 1996 e em 1999. Ingressam no grupo os médicos Ademir Antonio Rau, Atílio Salvador Melluso Filho, Wilson Wilhelm Batista, Abrãao José Melhem Júnior, Vicente Palma Filho, Moacir Moser, Luís Ascânio Luvizotto, Valdir Spada, Iolanda T. Kashiwagi, Eugênio Lapczak, Manuel da Conceição Gameiro, Álvaro Gumurski, Matilvani Moreira, Djamedes Maria Garrido, Nilson Jorge de Mattos Pelegrini, Maurílio dos Santos, Jorge Hamilton Pruss, André Moritz Vicente Gomes, Paulo Roberto Silochi, e Carlos Luiz Nascimento, em substituição aos diretores que se afastaram.

¹³ Manifesto do SIMEPAR, 1992



Dr. Mario Antonio Ferrari,
presidente atual

No ano de 1995 o SIMEPAR, através de seu presidente, participou ativamente da Comissão Nacional de Honorários Médicos da Associação Médica Brasileira, representando a Federação Nacional dos Médicos. De tal atuação resultou a Lista de Procedimentos Médicos da AMB, de 1996.

Em 1997, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, vetou projeto de lei aprovado pelas duas casas do Congresso Nacional, instituindo o Piso Nacional de Salário dos Médicos. Com isto, repetiu ato do presidente Itamar Franco, que em 1994 havia vetado projeto de lei semelhante. Em todas essas oportunidades os sindicatos médicos do Brasil, liderados pela Federação Nacional dos Médicos, se fizeram presentes, inclusive nas galerias do Senado e da Câmara dos Deputados. Ocorreram, ainda, várias visitas ao Palácio do Planalto, na tentativa de sensibilizar seus ocupantes. O SIMEPAR foi um dos principais articuladores de todo esse movimento.

Ainda em 1997, o SIMEPAR participou da elaboração de um Plano de Cargos, Carreira e Salários para os Médicos do Estado, em conjunto com a AMP e CRM. A proposta foi levada ao Palácio Iguazu e à Assembléia Legislativa. Apesar de tal encaminhamento, a mesma está até hoje (início do ano 2000) engavetada.

Em junho de 97, o Ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, proferiu palestra na AMP, defendendo a reforma da previdência. Na oportunidade, o diretor Murilo Rubens Schaefer, representando o SIMEPAR, levou a posição da entidade, contra a proposta de reforma, tal como estava sendo imposta pelo Governo Federal, uma vez que levava à perda de direitos da população e dos médicos. Na esfera nacional, o SIMEPAR lutou com os demais sindicatos médicos, contra a reforma da previdência.

Dessa época até o ano 2000 o Sindicato ofereceu denúncias junto ao Ministério Público do Trabalho, sobre contratações irregulares de médicos sem o devido registro profissional. Contratações efetivadas, dentre outras formas, através da exigência aos médicos da abertura de firmas, para prestação de serviços conveniados. Outra denúncia levada ao Ministério Público do Trabalho foi a existência de irregularidades em uma empresa de Curitiba, que atentava contra a saúde e segurança de seus trabalhadores. O médico do trabalho Mário Stival, Secretário-Geral do SIMEPAR, foi inclusive dispensado pela empresa, em decorrência de ter seguidas vezes cobrado o saneamento das irregularidades.

O SIMEPAR também deu continuidade à luta pelo fortalecimento do cooperativismo médico, como a grande alternativa econômica da categoria. Isso foi efetivado principalmente através de ações contra a instalação das empresas do “managed care”, e outros mecanismos de burla aos direitos trabalhistas e de exploração da saúde do povo brasileiro.

Em 1999, o Sindicato adquiriu, para sua sede própria, um imóvel de mais de 600 metros quadrados, em terreno de 1200 metros quadrados e estabeleceu, como próximo objetivo, a estruturação material das delegacias regionais.



No início do ano 2000, foi criada a Federação Médica Sul Brasileira. Logo em seguida houve a criação da Confederação Médica Brasileira. As duas novas entidades fortalecem a organização da categoria, representando o coroamento da proposta de criação das condições para a existência de um sindicalismo moderno, ágil e eficiente.

CONCLUSÃO

Percebe-se que as lutas iniciadas nos primeiros trinta anos deste século, pelo grupo de professores da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, são praticamente as mesmas. A busca de direitos como: remuneração adequada, planos de cargos e salários para setores públicos e privados, melhoria da qualidade do ensino médico e luta pela dignidade profissional repete-se, desde 1973, quando da campanha pela fundação do SIMEPAR comandada pelos anesthesiologistas. Foi continuada, de maneira incisiva, pelos colegas perseguidos pelo regime supressor de direitos democráticos e segue em direção ao terceiro milênio.

Do que foi escrito, é fundamental o médico entender que o sindicato é o seu legal e legítimo representante em todas as reivindicações de direitos, quer seja na esfera administrativa, quer seja na judicial. Daí porque, a partir do fim deste milênio e início do próximo, o SIMEPAR inicia uma ampla campanha de sindicalização e interiorização da entidade. Além disso, prepara-se para arbitragem, conciliação prévia e estuda a criação do Plantão “24 horas” da diretoria e assessoria jurídica, além da central de contra-processos, tudo em defesa dos médicos.

Ainda, diante do desmonte da previdência social, o caminho a ser percorrido é o resgate das idéias dos fundadores do sindicalismo médico no Paraná, qual seja, a consolidação do Departamento de Previdência, Pecúlio e Amparo Médico.

Se tais possibilidades existem, e nós temos convicção que sim, só são alcançadas com a participação de todos os médicos na entidade sindical. A conclamação é a mesma dos professores de setenta anos atrás, no sentido de que só com a participação de todos é possível o resgate de condições dignas de trabalho e remuneração, oferecendo aos pacientes um serviço de qualidade.

***Autor: Mario Antonio Ferrari** – Médico Psiquiatra, Advogado, Juiz no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região de 1991 a 2000, Presidente licenciado do Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná, Ex-Presidente da Federação Médica Sul Brasileira e Ex-Diretor de Assuntos Internacionais da Confederação Médica Brasileira.

Publicado no livro: Contribuição à História da Medicina no Paraná organizado por Ehrenfried Othmar Wittig.